

Helena Carreiras

Ministra da Defesa Nacional

Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião da apresentação da Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas

Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 24 de outubro de 2023

É com muito gosto que assinalamos hoje a apresentação do mais recente documento orientador da ação da Defesa Nacional, na forma de uma nova e oportuna **Estratégia para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas.**

O tema não poderia estar mais na ordem do dia. Como pudemos escutar esta tarde, **o nexó clima-segurança é cada vez mais uma realidade incontornável.** No atual contexto geoestratégico internacional, com uma intensificação generalizada da insegurança, **as consequências das alterações climáticas à escala global impõem-se.** Desde as recentes e devastadoras inundações na Líbia ao agravamento dos incêndios rurais em diferentes regiões, incluindo em Portugal, as alterações climáticas podem e **devem merecer a nossa maior atenção.**

A crescente frequência e intensidade de eventos climáticos extremos demonstram, de forma evidente, o seu carácter transversal. Estes fenómenos estão já a provocar mudanças profundas, seja como catalisadores de conflitos e crises, sobretudo em Estados e regiões frágeis; seja em termos do aumento de fluxos de migrações forçadas; ou da pressão crescente sobre infraestruturas críticas e recursos humanos. Estas circunstâncias geram **novos desafios ao nível das operações militares bem como um aumento exponencial do emprego das Forças Armadas em missões de apoio civil.**

As alterações climáticas constituem ainda um **multiplicador de ameaças**, agravando a instabilidade associada à escassez de recursos, podendo produzir efeitos de contágio e novas emergências complexas a que precisamos de responder atempadamente.

É por isso que a renovação do compromisso da Defesa Nacional com a sustentabilidade ambiental e com o combate às alterações climáticas resulta fundamental.

Isso não significa que estes temas não merecessem já a nossa atenção e preocupação, sobretudo se pensarmos nos esforços que o Governo tem colocado na **implementação da Lei de Bases do Clima**. É de evidenciar, aliás, o **investimento da Defesa Nacional nesta matéria ao longo dos últimos 30 anos**. Destacaria, em particular, algumas iniciativas que o Senhor Diretor-Geral referiu há pouco, como o **Prémio Nacional da Defesa e Ambiente**, criado em 1993, ou o importante trabalho que vem sendo desenvolvido há mais de uma década pela **Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais**.

No entanto, decorridos três anos desde a aprovação da última versão da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional, importava rever e atualizar objetivos, para melhor enfrentar as consequências e desafios colocados nesta área pelas alterações climáticas.

Por outras palavras, importava explorar novas formas de assegurar que a **Defesa Nacional e as Forças Armadas se tornassem não só mais adaptáveis e resilientes, mas também mais capazes de contribuir para mitigar os efeitos securitários dos fenómenos climáticos**. Esse foi o principal objetivo subjacente aos trabalhos de elaboração do documento que hoje apresentámos.

A Estratégia da Defesa Nacional para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas dá, assim, corpo à visão de “uma Defesa

Nacional empenhada e preparada para os desafios de um futuro sustentável”. Através destas novas linhas orientadoras, procuramos dar um sinal inequívoco do nosso empenho em adotar respostas mais eficazes e mais eficientes, direcionadas à mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Uma transição energética focada na gestão do carbono e na eficiência dos recursos, mas também nas consequências das alterações climáticas para o desenvolvimento de capacidades, para o planeamento e para as operações militares, permitirá igualmente assegurar uma maior **autonomia estratégica**.

Para isso precisamos de recursos humanos mais preparados e qualificados. Precisamos também de garantir que os investimentos na Defesa são mais eficientes, tal como já contemplado, por exemplo, na nova Lei de Infraestruturas

Militares, que prevê um enfoque na conservação, manutenção, e segurança das nossas infraestruturas a par da sustentabilidade ambiental.

Mas a natureza global deste fenómeno suscita, de igual forma, a necessidade de um **acompanhamento próximo das várias reflexões que têm tido lugar no contexto das alianças internacionais em que nos inserimos**. Em particular, quer o **Conceito Estratégico da NATO**, quer a **Bússola Estratégica da União Europeia** enfatizam o impacto das alterações climáticas nas políticas de defesa e de segurança, propondo uma avaliação constante e regular dos seus impactos. Esta é, de resto, uma das áreas em que a cooperação entre as duas organizações pode e deve ser reforçada.

Por outro lado, também a ONU desenvolveu uma estratégia de gestão ambiental direcionada a apoiar a realização de missões de paz, focada na eficiência na utilização dos recursos naturais e na minimização do risco para as sociedades e ecossistemas locais.

Estes são todos objetivos em que nos revemos e para os quais procuraremos trabalhar de forma ainda mais decisiva e comprometida a partir deste momento.

Minhas senhoras e meus senhores,

Se, por um lado, os princípios orientadores que subjazem a esta Estratégia contribuem para que Portugal cumpra os seus compromissos internacionais, por outro lado, contribuem também para uma maior capacidade de apoio às populações, sempre que necessário. Em última análise, precisamos de

continuar a reforçar a eficácia operacional e a resiliência das nossas Forças Armadas. **Um as Forças Armadas mais eficientes na utilização de recursos e com maior utilização de energias renováveis serão também umas Forças Armadas mais autónomas, prontas e capazes.**

A Estratégia para o Ambiente, Segurança e Alterações Climáticas vem, assim, proporcionar a base necessária para a efetiva adaptação da Defesa Nacional a uma realidade incontornável. Cabe-nos agora assumir um papel de relevo na salvaguarda da resiliência nacional, assegurando que estamos à altura dos desafios gerados pela intensificação do nex o clima-segurança.

O custo da inação será sempre muito maior do que o custo da adaptação à nova realidade. Esta estratégia representa uma nova oportunidade de ação que reforça o compromisso da Defesa

Nacional com a preservação do ambiente e com a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Muito obrigada.